



DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Por este instrumento particular que ora celebram:

1. **RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER**, brasileiro, natural de Rio Negro/PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 27/04/1961, empresário, portador da cédula de identidade nº 977.264 expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF nº 462.199.279-15, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 706, Bairro Centro, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;
2. **POMERZINK PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede e foro na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. Nereu Ramos, nº 1.593, galpão B, bairro Coloninha, CEP 89.110-000, inscrita no CNPJ sob nº 05.471.076/0001-19, com Contrato Social arquivado na JUCESC sob NIRE nº. 42203257299, representada pelo Sócio administrador, Sr. **Geovane Dalla Rosa**, brasileiro, natural de Rio Negro/PR, nascido em 18/05/1981, maior, solteiro, assessor jurídico, portador da cédula de identidade RG nº 7.572.566-3 expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.740.829-07, residente e domiciliado à Rua Quintino Bocaiúva, nº 217, apto. 2, Centro, CEP 83.880-000, na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, conforme última alteração arquivada na JUCESC sob o nº 20188752692 em 09/07/2018;
3. **PEDRO ACACIO MÜLDENBERGER**, brasileiro, natural de Mafra/SC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 23/07/1970, vendedor, portador da cédula de identidade nº 2.243.948 expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF nº 729.739.279-00, residente e domiciliado à Rua Ferroviário José Bergamini, 55, bairro Vila Argentina, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;
4. **SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO**, brasileira, natural de Rio Negro/PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 03/12/1973, Bacharel em Contabilidade, portadora da cédula de identidade nº 2.777.190 expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF nº 850.852.609-10, residente e domiciliada à Rua do Portão, nº 247, bairro Vila Nova, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.**, com sede e foro jurídico na cidade de Mafra/SC, na Rua Pioneiro Estandislau Schumann, nº 250, Bairro Vila Buenos Aires, CEP: 89.300-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.233.069/0001-53, Inscrição Estadual nº 253.779.359, com Contrato Social da matriz arquivado na MM Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob nº 42202692137, em 14/06/1999, das filiais sob nº 4290056473-8 em 22/11/2001,



http://assinador.pscs.com.br/assinado.php?autenticacao?chave=VcftExdvXl86VcY9BC7atgachave2=Ug8emwspH-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01764892980-JEFFERSON MAYER100674082907-GEOVANE DALLA ROSA146219927915-NOMALDO LUIZ SCHAFHAUSER
72973927900-PEDRO ACACIO MULDENBERGER185085260910-SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO



4290056474-6 em 22/11/2001, 42900826848 em 02/10/2008, 42901082907 em 08/05/2015, e posteriores alterações, sendo a última sob nº 20196421519 em 24/05/2019, resolvem, de comum acordo, alterar e consolidar o contrato social, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Sociedade por unanimidade, resolve atualizar o endereço da sede da sociedade, de: na cidade de Mafra/SC, na Rua Pioneiro Estanislau Schumann, nº 250, Bairro Vila Buenos Aires, CEP 89.300-000, para o endereço: **na Rua Pioneiro Estanislau Schumann Júnior, nº 250, bairro N. Sra. Aparecida, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, CEP 89.300-387**, sendo que a Cláusula Segunda do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - A Sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de Mafra/SC, na Rua Pioneiro Estanislau Schumann Júnior, nº 250, bairro N. Sra. Aparecida, CEP 89.300-387 e quatro filiais nos seguintes endereços:

CLÁUSULA SEGUNDA: A Sociedade por unanimidade, resolve alterar o endereço da Filial de número 4, de: com sede na Rua Casemiro de Abreu, 417, bairro Vila Buenos Aires, no município de Mafra/SC, CEP 89.300-000, para o endereço: **na Rodovia BR-470, nº 7005, bairro Santa Galo, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.163-020**, sendo que a Cláusula Segunda do Contrato Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

FILIAL 4, com sede na Rodovia BR-470, nº 7005, bairro Santa Galo, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-020, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0005-87, Inscrição Estadual nº 257.651.411, NIRE 42901082907.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Sociedade, por unanimidade, resolve alterar o objeto social, excluindo as atividades de: **a) reforma de pneumáticos usados de todos os tipos para quaisquer veículos e máquinas, pela recapagem, recauchutagem ou remoldagem; b) Comércio varejista e atacadista de pneus, peças e acessórios para veículos automotores; e c) serviços de alinhamento, balanceamento, montagem e desmontagem de pneus e borracharia em geral;** que eram exercidas apenas pela filial 4, passando a Cláusula Terceira do Contrato Social a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - A sociedade tem como objeto mercantil: I) O ramo de comércio varejista e atacadista de tratores, máquinas, veículos automotores novos e usados, equipamentos e ferramentas agrícolas, peças e acessórios, pneus e lubrificantes; II) Serviços de manutenção e reparos em tratores, máquinas, e caminhões; III) Representações Comerciais; IV) A participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior na qualidade de acionista ou quotista; V) O comércio de insumos



VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

CNPJ nº 03.233.069/0001-53

NIRE 42202692137

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

agrícolas; VI) A importação e Exportação; e VII) O comércio de produtos agropecuários, tais como soja, milho, trigo.

CLÁUSULA QUARTA: Ficam as demais cláusulas contratuais inalteradas e em razão da alteração acima, a sociedade resolve consolidar o contrato social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

CNPJ nº 03.233.069/0001-53

NIRE 42202692137

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

1. **RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER**, brasileiro, natural de Rio Negro/PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 27/04/1961, empresário, portador da cédula de identidade nº 977.264 expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF nº 462.199.279-15, residente e domiciliado à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 706, Bairro Centro, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;
2. **POMERZINK PARTICIPAÇÕES LTDA.**, com sede e foro na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, na Rua Dr. Nereu Ramos, nº 1.593, galpão B, bairro Coloninha, CEP 89.110-000, inscrita no CNPJ sob nº 05.471.076/0001-19, com Contrato Social arquivado na JUCESC sob NIRE nº. 42203257299, representada pelo Sócio administrador, Sr. **Geovane Dalla Rosa**, brasileiro, natural de Rio Negro/PR, nascido em 18/05/1981, maior, solteiro, assessor jurídico, portador da cédula de identidade RG nº 7.572.566-3 expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.740.829-07, residente e domiciliado à Rua Quintino Bocaiúva, nº 217, apto. 2, Centro, CEP 83.880-000, na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, conforme última alteração arquivada na JUCESC sob o nº 20188752692 em 09/07/2018;
3. **PEDRO ACACIO MÜLDENBERGER**, brasileiro, natural de Mafra/SC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 23/07/1970, vendedor, portador da cédula de identidade nº 2.243.948 expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF nº 729.739.279-00, residente e domiciliado à Rua Ferroviário José Bergamini, 55, bairro Vila Argentina, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina;
4. **SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO**, brasileira, natural de Rio Negro/PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, maior, nascida em 03/12/1973, Bacharel em Contabilidade, portadora da cédula

3 de 15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2019

Arquivamento 20196110351 Protocolo 196110351 de 09/07/2019 NIRE 42202692137

Nome da empresa VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 138647896879385

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

18/07/2019

http://assinador.pscs.com.br/assinador/autenticacao?chave1=VcFtExdVXl86XcY9Bc7qTg&chave2=Ug8cwmsph-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01764893980-JEFFERSON MAVERI00674082907-GEOVANE DALLA ROSA146219927915-RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER
72973927900-PEDRO ACACIO MULDENBERGER185085260910-SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO

VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

CNPJ nº 03.233.069/0001-53

NIRE 42202692137

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

de identidade nº 2.777.190 expedida pela SSP/SC, e inscrita no CPF/MF nº 850.852.609-10, residente e domiciliada à Rua do Portão, nº 247, bairro Vila Nova, CEP 89.300-000, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.**, com sede e foro jurídico na cidade de Mafra/SC, na Rua Pioneiro Estandislaus Schumann Júnior, nº 250, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 89.300-387, inscrita no CNPJ sob nº 03.233.069/0001-53, Inscrição Estadual nº 253.779.359, com Contrato Social da matriz arquivado na MM Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC sob nº 42202692137, em 14/06/1999, das filiais sob nº 4290056473-8 em 22/11/2001, 4290056474-6 em 22/11/2001, 42900826848 em 02/10/2008, 42901082907 em 08/05/2015, e posteriores alterações, sendo a última sob nº 20196421519 em 24/05/2019, resolvem consolidar o contrato social, que passa a vigorar conforme adiante:

Cláusula Primeira - A Sociedade gira sob a denominação social de **VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.**

Cláusula Segunda - A Sociedade tem sua sede e foro jurídico na cidade de Mafra/SC, na Rua Pioneiro Estandislaus Schumann Júnior, nº 250, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 89.300-387 e quatro filiais nos seguintes endereços:

FILIAL 1, com sede na Rodovia BR 280, Km 59, s/nº, na cidade de Guaramirim/SC, Bairro Centro, CEP 89.270-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0002-34, Inscrição Estadual nº 254.319.475, NIRE 4290056473-8;

FILIAL 2, com sede na Rua Tijucas, nº 221, Vila Buenos Aires na cidade de Mafra/SC, CEP 89.300-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0003-15, Inscrição Estadual nº 254.322.387, NIRE 4290056474-6;

FILIAL 3, com sede na Avenida Rubens Ribeiro da Silva, nº 731, bairro Campo da Água Verde, na cidade de Canoinhas/SC, CEP 89.460-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0004-04, Inscrição Estadual nº 255.791.917, NIRE 42900826848;

FILIAL 4, com sede na Rodovia BR-470, nº 7005, bairro Santa Galo, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-020, inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0005-87, Inscrição Estadual nº 257.651.411, NIRE 42901082907.

Parágrafo Único - A sociedade poderá abrir e fechar filiais, sucursais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer parte do território nacional e fora dele, por deliberação dos Sócios que representem a maioria do capital social.

4 de 15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2019

Arquivamento 20196110351 Protocolo 196110351 de 09/07/2019 NIRE 42202692137

Nome da empresa VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 138647896879385

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

18/07/2019

VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.

CNPJ nº 03.233.069/0001-53

NIRE 42202692137

18ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula Terceira - A sociedade tem como objeto mercantil: I) O ramo comércio varejista e atacadista de tratores, máquinas, veículos automotores novos e usados, equipamentos e ferramentas agrícolas, peças e acessórios, pneus e lubrificantes; II) Serviços de manutenção e reparos em tratores, máquinas, e caminhões; III) Representações Comerciais; IV) A participação em outras sociedades no Brasil ou no exterior na qualidade de acionista ou quotista; V) O comércio de insumos agrícolas; VI) A importação e Exportação; e VII) O comércio de produtos agropecuários, tais como soja, milho, trigo.

Cláusula Quarta - A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de julho de 1999, e o prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O Capital Social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 2.890.000,00 (dois milhões, oitocentos e noventa mil reais) dividido em 2.890.000 (dois milhões, oitocentos e noventa mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Sócios	Quotas	%	Valor R\$
POMERZINK PARTICIPAÇÕES LTDA.	2.588.934	89,58	2.588.934,00
PEDRO ACACIO MÜLDENBERGER	144.500	5,00	144.500,00
RONALDO LUIZ SCHAFFHAUSER	90.313	3,13	90.313,00
SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO	66.253	2,29	66.253,00
TOTAL	2.890.000	100,00	2.890.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade dos Sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do art. 1.052 da Lei 10.406 de 10/01/2002.

Cláusula Sexta - O Capital Social poderá ser aumentado, por decisão dos Sócios que representam a maioria do capital social.

Parágrafo Primeiro - Poderá a sociedade reduzir o Capital Social após integralizado, se houver perda irrecuperável, se excessivo em relação ao objeto da sociedade ou por decisão dos Sócios que representem 3/4 do capital social.

Parágrafo Segundo - As quotas do Capital Social são impenhoráveis, e não podem os Sócios quotistas dá-las em garantia em negócios próprios e alheios, nem gravá-las de ônus, salvo expresse consentimento dos Sócios que representem 3/4 do capital social.

Parágrafo Terceiro - No caso de penhora judicial os sócios remanescentes terão preferência na remição, arrematação e ou adjudicação das

5 de 15



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2019

Arquivamento 20196110351 Protocolo 196110351 de 09/07/2019 NIRE 42202692137

Nome da empresa VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 138647896879385

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

18/07/2019

http://assinador.pscs.com.br/assinador/autenticacao?chave1=VcFtExdVXU86YcY9Bc7qTg&chave2=Ug8cwwsph-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01764899980-JEEFERSON MAYER106674082907-GEÓVANE DALLA ROSA146219927915-RONALDO LUIZ SCHAFFHAUSER
72973927900-PEDRO ACACIO MÜLDENBERGER135085260910-SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO



quotas, somente sendo transferido a terceiros com seus expressos consentimentos.

Cláusula Sétima - Em caso de aumento de Capital Social, terão preferência os sócios quotistas para subscrição em igualdade de condições e na proporção exata das quotas que possuírem.

Parágrafo Único - É vedado ao sócio quotista, ceder a terceiros, o seu direito de preferência.

Cláusula Oitava - A ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS, é representada pelos sócios-quotistas da empresa, e tem poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social.

Parágrafo Primeiro - A ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS reunir-se-á ordinariamente, ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à terminação do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem manifestação dos sócios-quotistas. As Assembleias Gerais Ordinárias só se instalarão validamente com a presença de titulares de 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, do capital social.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á com o objetivo de:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sua distribuição;
- c) Eleger os administradores;
- d) Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia, excluídas as constantes dos parágrafos 3º e 4º, desta Clausula.

Parágrafo Terceiro - Assembleia Geral Extraordinária competirá decidir acerca da alteração ou modificação do objeto social, aumento ou diminuição de capital, à exclusão de sócios, à nomeação ou destituição de administradores, à incorporação, fusão, transformação, dissolução, alienação ou oneração de bens, e arrendamento das instalações industriais ou comerciais.

Parágrafo Quarto - A deliberação, pela Assembleia Geral Extraordinária, para aumento ou diminuição de capital social, exclusão de sócios, incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução total ou parcial





da sociedade, liquidação, alienação ou oneração de bens móveis, imóveis que compõem o ativo imobilizado e investimentos da empresa, arrendamento de instalações industriais ou comerciais, a eleição ou destituição de administradores, dependerá de quorum especial e só será tida como aprovada com os votos de quotistas que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social. As Assembleias Gerais Extraordinárias só se instalarão e deliberarão validamente com a presença de titulares de 3/4 (três quartos), no mínimo, do capital social.

Parágrafo Quinto - Cada quota terá direito a um voto.

Parágrafo Sexto - As deliberações referentes aos demais assuntos não contidos nos Parágrafos 3º e 4º desta Clausula, serão tomadas por maioria simples de votos, dentre os quotistas presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Sétimo - Os quotistas pessoas jurídicas, far-se-ão representar nas Assembleias Gerais por seus Administradores ou mandatários com poderes especiais, não se exigindo dos representantes a qualidade de sócio.

Parágrafo Oitavo - As ASSEMBLÉIAS GERAIS DE QUOTISTAS serão convocadas pela Administração, através de carta registrada ou telegrama, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, ou por grupo de quotistas, que representem no mínimo 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Nono - Da convocação de quotistas para se reunirem em Assembleia Extraordinária deverá constar o local, o dia, a hora e a ordem do dia sobre a qual se deliberará.

Parágrafo Décimo - É dispensada a convocação para a realização de Assembleias Gerais que comparecerem a totalidade dos quotistas.

Parágrafo Décimo Primeiro - Votarão nas Assembleias de Quotistas os sócios que provarem, além desta qualidade, estar em pleno gozo dos seus direitos sociais.

Parágrafo Décimo Segundo - A Assembleia Geral será instalada e presidida por um dos Administradores, e na sua falta ou impedimento, será substituído o que for escolhido pelos quotistas presentes. O Presidente da Assembleia escolherá o secretário.





Parágrafo Décimo Terceiro - A Assembléia Geral fixará o montante global da remuneração da Administração, que será distribuída de comum acordo entre os mesmos.

Parágrafo Décimo Quarto - Das Assembléias Gerais lavrar-se-ão atas em livros próprios.

Cláusula Nona - A administração da Sociedade competirá aos Administradores, pessoas físicas, sócio-quotista ou não, por delegação dos quotistas.

Parágrafo Único - É expressamente proibido aos membros da Administração o uso da denominação social em negócios, avais, fianças, garantias reais, abonos ou endossos estranhos aos objetivos e fins da Sociedade ou de favor, salvo nos casos previstos neste contrato.

Cláusula Décima - A Administração da sociedade será composta por até 04 (quatro) Administradores, pessoas físicas, residentes no país, sócios quotistas ou não, por delegação dos sócios quotistas que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, que poderão ser nomeados no Contrato Social ou em ato separado, onde deverão constar os poderes concedidos, bem como podendo ser destituídos a qualquer tempo, pelos sócios quotistas que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Primeiro - A administração da Sociedade competirá, por delegação dos sócios quotistas que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, ao Sr. **JEFFERSON MAYER**, brasileiro, natural de Rio Negro/PR, casado sob regime de comunhão parcial de bens, maior, nascido em 21/08/1976, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 6.578.220-0 expedida pela SSP/PR, e inscrito no CPF/MF nº 017.648.939-80, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 156, Bairro Centro II – Alto de Mafra, na cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, CEP 89.300-044, para o cargo de **Administrador Geral**, conferindo a este poderes gerais para administrar em conjunto a Sociedade, sem quaisquer limitações, tais como: (i) supervisionar a administração geral da sociedade, (ii) desempenhar as atividades dos demais administradores quando de suas ausências, impedimentos ou na vacância dos demais cargos; (iii) tudo conjuntamente com o Administrador Financeiro ou Administrador Comercial; ao Sr. **RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER**, sócio, já anteriormente qualificado, para ocupar o cargo de **Administrador Contábil e Fiscal**, conferindo a este os poderes para administrar em conjunto dentro da área Contábil e Fiscal, tais como: (i) responder pelas áreas Contábil e Fiscal perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretarias de Estado da Fazenda Estaduais e Municipais, Previdência Social e demais órgãos da administração pública dessas áreas, (ii)





organizar balancetes mensais, trimestrais e anuais, a propo-
rçamentária e o balanço geral a serem submetidos a apreciação da
Assembleia Geral de Quotistas; (iii) todos as demais atribuições e poderes
para o pleno exercício de sua função em suas respectivas áreas Contábil
e Fiscal, e (iv) tudo conjuntamente com o Administrador Geral; **PEDRO
ACACIO MÜLDENBERGER**, sócio, já anteriormente qualificado, para
ocupar o cargo de **Administrador Comercial**, conferindo a este poderes
para administrar em conjunto dentro da área Comercial, tais como: (i)
planejar, definir e acompanhar a estratégia comercial, atividades de
Marketing, suprimento de compra de máquinas, equipamentos agrícolas
e veículos para revenda; (ii) definir política de vendas; (iii) definir estruturas
de vendas e o relacionamento comercial; (iv) coordenar, desenvolver,
liderar e controlar atividades relacionadas a geração de negócios e
exercer outras atividades inerentes ao cargo; e (v) tudo conjuntamente
com o Administrador Geral; a Sra. **SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE
CASTRO**, sócia, já anteriormente qualificada, para ocupar o cargo de
Administradora Financeira, conferindo a esta poderes para administrar em
conjunto com o Administrador Geral dentro da área Administrativa e
Financeira, tais como: (i) efetuando pagamentos, assinado cheques,
acessando aplicativos via internet das instituições financeiras e bancos
para movimentações financeiras, (ii) planejar, acompanhar, controlar e
avaliar as atividades de natureza Administrativa, Financeira e de
Tesouraria, incluindo jurídica, tecnologia e informática e recursos humanos,
podendo contratar, demitir, apurar folha de pagamento, apurando e
recolhendo os encargos trabalhistas, disciplinando e orientando para o
atendimentos da legislação trabalhista, das normas de proteção e saúde
e segurança no trabalhos; (iii) fornecer e prestar à Sociedade, relatórios ou
informações sobre a situação financeira, sempre que solicitado; e (iv)
exercer outras funções inerentes ao cargo; e (v) tudo conjuntamente com
o Administrador Geral.

Parágrafo Segundo - Os administradores terão direito a uma retirada
mensal a título de "PRO-LABORE", que será fixada por comum acordo
entre os sócios quotistas no início de cada exercício social, ou quando
julgarem conveniente e será lançado na conta de "DESPESAS
ADMINISTRATIVAS".

Parágrafo Terceiro - Na hipótese de vagar-se um dos cargos da
Administração, será imediatamente convocada uma Assembleia Geral de
Quotistas para eleger o substituto, que exercerá seu mandato por prazo e
forma estipulado em ato próprio.

Cláusula Décima Primeira - Compete à Administração a gestão dos negócios
sociais e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular, com os





poderes para realizar todas as operações relacionadas com os objetivos Sociedade, e a sua representação, ativa ou passiva, em juízo e fora dele, respeitadas as limitações previstas neste contrato e na legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A Administração deverá elaborar e submeter à aprovação da Assembléia de Quotistas os planos de trabalho e orçamentos anuais, os planos de investimentos e os novos programas de expansão da Sociedade, promovendo a sua execução nos termos aprovados.

Parágrafo Segundo - A Administração poderá constituir procuradores da Sociedade, devendo ser especificados no respectivo instrumento os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto o judicial que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Terceiro - Os instrumentos de mandato outorgados pela Sociedade serão sempre assinados por dois Administradores, sendo obrigatoriamente o Administrador Geral e o Administrador Financeiro.

Parágrafo Quarto - A Administração reunir-se-á sempre que necessário, sendo que a ordem do dia e as deliberações tomadas nas reuniões serão registradas em livro próprio de atas.

Cláusula Décima Segunda - Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Sociedade, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, só serão válidos se tiverem:

- I - a assinatura conjunta de dois membros da Administração;
- II - a assinatura conjunta de um membro da Administração e de um Procurador da Sociedade, com poderes específicos;
- III - a assinatura conjunta de dois procuradores da Sociedade, com poderes específicos;

Parágrafo Primeiro - A Sociedade será representada isoladamente por um membro da Administração, sem as formalidades previstas nesta Clausula, nos casos de recebimento de citações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal.

Parágrafo Segundo - Em caráter excepcional a Sociedade poderá ser representada por um único membro da Administração, desde que haja, no caso específico, autorização expressa da Assembléia de Quotistas.

Parágrafo Terceiro - Na condução dos negócios sociais, os Administradores têm responsabilidade solidária e ilimitada para com a Sociedade e seus sócios-quotistas. Responderão pelos prejuízos que ocasionarem à



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcfTExdVXl86YeX9BC7qTg&chave2=Ug8cWwspH-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01764899980-JEFFERSON MAYERI00674082907-GEOVANIE DA SILVA ROSA146219927915-RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER
72973927900-PEDRO ACACIO WILDEMBERGER155085260910-SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO



Sociedade pela inexecução ou mau desempenho do mandato, exercício da gestão, e, ainda, quando obrarem com excesso de mandato, desvio e abuso de poder, violação do contrato ou da lei, ou por culpa no desempenho de suas funções.

Cláusula Décima Terceira - As quotas não podem ser transferidas ou cedidas a terceiros estranhos, senão com o consentimento da maioria dos sócios, representando ao menos 3/4 (três quartos) do capital social. A concordância destes deverá ser dada de preferência no próprio instrumento de alteração do contrato social, valendo, contudo, para todos os efeitos de direito, a concordância, inequívoca dada por instrumento à parte.

Parágrafo Primeiro - O ingresso de um estranho na Sociedade, mesmo na hipótese de dação em pagamento, de remissão, arrematação, adjudicação, partilha em decorrência de morte de sócio, ou dissolução da sociedade conjugal por separação judicial ou divórcio, ou falência e extinção, dependerá do consentimento dos sócios representando ao menos 3/4 (três quartos) do capital social.

Parágrafo Segundo - A Sociedade em primeiro lugar e os sócios na proporção de suas quotas, se a Sociedade não se interessar pela transação, terão preferência, em igualdade de condições, para adquirir as quotas do sócio cedente. O cedente fará à Sociedade, através da administração, a necessária comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da sua intenção de ceder. Se a Sociedade ou os sócios não usarem integralmente de seu direito de preferência, as quotas acrescerão "pro rata" aos que, no prazo acima, manifestarem o propósito de adquiri-las. O preço das quotas será no máximo equivalente ao percentual destas sobre o Patrimônio Líquido.

Parágrafo Terceiro - Se nenhum dos sócios, nem a própria Sociedade, usar do direito de preferência que lhe é assegurado, fica livre ao sócio cedê-las a terceiro, valendo o instrumento de cessão devidamente arquivado, como alteração do contrato social.

Parágrafo Quarto - Será ineficaz em relação à Sociedade a cessão ou transferência das quotas feitas com infração às regras estabelecidas nesta Clausula.

Parágrafo Quinto - Fica sempre ressalvada a Sociedade o direito de adquirir as quotas do sócio falecido ou impedido, falido ou extinto ou excluído, desde que o faça com fundos disponíveis e sem ofensa ao capital social.





Cláusula Décima Quarta - O falecimento ou impedimento legal de sócio pessoa Natural, a falência, concordata, ou extinção de sócio pessoa jurídica, ou outro motivo que imponha a exclusão de qualquer um deles, não dissolve a Sociedade, que continuará com os demais sócios, observadas as seguintes regras:

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo o falecimento, ou impedimento legal do sócio-quotista pessoa Natural, a falência, concordata e extinção do sócio-quotista pessoa jurídica, até quatro meses após o encerramento do ano social, proceder-se-á a apuração dos haveres do "de cujus", da falida ou extinta, com base no balanço geral do exercício findo. Se o fato ocorrer após aquele prazo, levantar-se-á balanço especial na data do evento, salvo se este ocorrer nos últimos quatro meses do ano social, hipótese em que os haveres do sócio serão apurados na conformidade do balanço do exercício em curso.

Parágrafo Segundo - O pagamento dos haveres do sócio pré-morto ou impedido, falido ou extinto, a seus herdeiros ou legatários, ou sucessores a qualquer título, far-se-á dentro de doze meses, a contar da partilha ou decisão judicial transitada em julgado, nas forças da disponibilidade social.

Cláusula Décima Quinta - Assembléia Geral Extraordinária competirá decidir acerca da exclusão de sócio-quotista. A deliberação dependerá do quorum especial contido na Clausula Oitava, parágrafo 4º.

Cláusula Décima Sexta - O sócio-quotista será excluído quando ocorrer quaisquer umas das seguintes hipóteses:

- a) falência, concordata e insolvência;
- b) conduta inadequada aos objetivos sociais;
- c) desinteligência, inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios;
- d) violação de cláusula contratual;
- e) concorrência desleal;
- f) uso indevido da firma ou da denominação social;
- g) superveniência de incapacidade física ou mental;
- h) dedicar-se, por conta própria ou alheia, ao mesmo gênero de atividade que constitui o objeto da Sociedade.

Cláusula Décima Sétima - A apuração dos haveres do sócio-quotista excluído, será feita com base no balanço especial na data da exclusão.





Parágrafo Único - O pagamento dos haveres do sócio-quotista exclusão far-se-á dentro de 12 (doze) meses, a contar da data da exclusão, com base no patrimônio líquido apurado no balanço especial.

Cláusula Décima Oitava - O contrato social poderá ser modificado, no todo ou em parte, por deliberação da ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS, por maioria de votos, nela não se computando os votos em branco, exceto na hipótese do Parágrafo 4º, Clausula oitava, quando se exigirá o "quorum" especial ali previsto.

Parágrafo Primeiro - O instrumento de alteração social será assinado necessariamente pelos sócios que representem a maioria acima referida. Havendo sócios divergentes ou ausentes, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para fins de arquivamento na Junta Comercial e ressalva dos direitos dos interessados.

Parágrafo Segundo - Assiste aos sócios que divergirem da alteração do contrato social, a faculdade de se retirarem da Sociedade, mediante o reembolso da quantia correspondente ao valor das suas quotas, desde que, dentro de trinta dias da data da modificação, comuniquem à Administração, através de carta, seu propósito de apartar-se da Sociedade. Para os efeitos desta cláusula, diligenciará a Administração no sentido de dar aos sócios ausentes efetivo conhecimento da modificação contratual. A omissão dos sócios ao tomarem as providências que entendam necessárias, no prazo estipulado, entende-se como aceitação da alteração ou discordância quando for o caso.

Parágrafo Terceiro - O valor do reembolso das quotas do sócio retirante será apurado na forma e condições previstas neste contrato, Clausula Décima Sétima e seu Parágrafo Único.

Parágrafo Quarto - Na proporção das quotas que possuírem, terão os sócios preferência para subscrição nos aumentos do capital social feitos em dinheiro ou mediante conferência de bens. Para esse fim a Sociedade, por seus administradores, deverá, dentro de dez dias, dar ciência do aumento a todos os sócios, para que os mesmos exerçam o direito de preferência.

Parágrafo Quinto - Poderão os sócios, representando a maioria de 51% do capital social, suspender o exercício do direito de preferência assegurado aos quotistas, a fim de permitir a terceiros a subscrição parcial ou integral do aumento do capital social, quer em bens, quer em dinheiro.

Cláusula Décima Nona - A Sociedade, ressalvadas as hipóteses da Clausula Vigésima Primeira, letras "a" e "b" não entrará em dissolução e,





conseqüentemente, em liquidação, por morte, retirada, exclusão, falência, concordata ou incapacidade de qualquer dos sócios. Ocorrendo um destes eventos, os haveres do sócio que falecer, for declarado falido ou concordatário, interdito, incapaz, retirante ou excluído, serão reembolsados conforme o previsto na Clausula Décima Sétima e seu Parágrafo Único.

Parágrafo Único - O ingresso de um estranho na Sociedade, mesmo na hipótese de dação em pagamento, de remissão, arrematação, adjudicação, partilha em decorrência de morte de sócio, ou dissolução da sociedade conjugal por separação judicial ou divórcio, ou falência e extinção, dependerá do consentimento dos sócios representando ao menos 3/4 do capital social.

Clausula Vigésima - O exercício social coincidirá com o ano civil.

Parágrafo Primeiro - No fim de cada exercício social será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Poderão ser levantados balanços semestrais, bem como outros, a critério da Administração.

Parágrafo Segundo - Depois de feitas as deduções para a constituição das reservas legais, os lucros verificados em cada exercício, terão a aplicação que lhes for dada pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Terceiro - Poderá a Assembléia de Quotistas, com votos que representem no mínimo 51% do capital social da empresa, no exercício que julgar inconveniente à Sociedade a distribuição dos lucros estabelecidos no parágrafo anterior, suspender a sua distribuição.

Clausula Vigésima Primeira - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, e ainda:

- a) Deliberação dos Sócios;
- b) Impossibilidade de superar desinteligências graves entre os sócios.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral nomeará o liquidante, estabelecerá as diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. O liquidante poderá ser destituído a qualquer tempo.

Clausula Vigésima Segunda - Os administradores, anteriormente nomeados, declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob o efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de





prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, nos termos do art. 1.011, § 1º do CC/2002.

Cláusula Vigésima Terceira - A regência supletiva da sociedade limitada, nos casos não previstos no presente contrato será feita pelas normas da sociedade anônima de conformidade com o parágrafo único, do artigo 1.053 da Lei 10.406/2002.


Cláusula Vigésima Quarta - Fica eleito o foro da comarca de Mafra, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento e, os casos omissos e não regulados pelo presente contrato serão regulados pela legislação em vigor.

Nos termos da Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, os sócios anteriormente qualificados declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis.


E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Mafra (SC), 01 de Julho de 2019.


Pedro Acacio Müldenberger
Sócio Administrador


Solange Aparecida Pereira de Castro
Sócia Administradora


Pomerzink Participações Ltda.
Sócia
Geovane Dalla Rosa
Representante Legal


Ronaldo Luiz Schafhauser
Sócio Administrador


Jefferson Mayer
Administrador

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=VcftExdVXl86YcV9BC7qTg&chave2=Ug8cwwspH-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01764893980-JEFFERSON MAYER|00674082907-GEOVANE DALLA ROSA|46219927915-RONALDO LUIZ SCHAFFHAUSER
72973927900-PEDRO ACACIO MULDENBERGER|85085260910-SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO





196110351

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
PROTOCOLO	196110351 - 09/07/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42202692137
CNPJ 03.233.069/0001-53
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/07/2019
SOB N: 20196110351

FILIAIS

NIRE 42901082907
CNPJ 03.233.069/0005-87
ENDERECO: RODOVIA BR-470, RIO DO SUL - SC
EVENTO 024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2019

Arquivamento 20196110351 Protocolo 196110351 de 09/07/2019 NIRE 42202692137

Nome da empresa VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 138647896879385

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

18/07/2019



196110351

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
PROTOCOLO	196110351 - 09/07/2019
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42202692137
CNPJ 03.233.069/0001-53
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/07/2019
SOB N: 20196110351

FILIAIS

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00674082907 - GEOVANE DALLA ROSA
Cpf: 46219927915 - RONALDO LUIZ SCHAFHAUSER
Cpf: 72973927900 - PEDRO ACACIO MILDENBERGER
Cpf: 85085260910 - SOLANGE APARECIDA PEREIRA DE CASTRO
Cpf: 01764893980 - JEFFERSON MAYER



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 18/07/2019

Arquivamento 20196110351 Protocolo 196110351 de 09/07/2019 NIRE 42202692137

Nome da empresa VALFERTIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 138647896879385

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral;

18/07/2019